

# Modo progressista de governar

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

**E**sta semana, reúnem-se em Berlim, por iniciativa do chanceler Gerhard Schröder, diversos chefes de Estado ou de Governo de países desenvolvidos e emergentes para discutir uma agenda comum de preocupações, voltada para a promoção da justiça social nas novas circunstâncias da economia mundial.

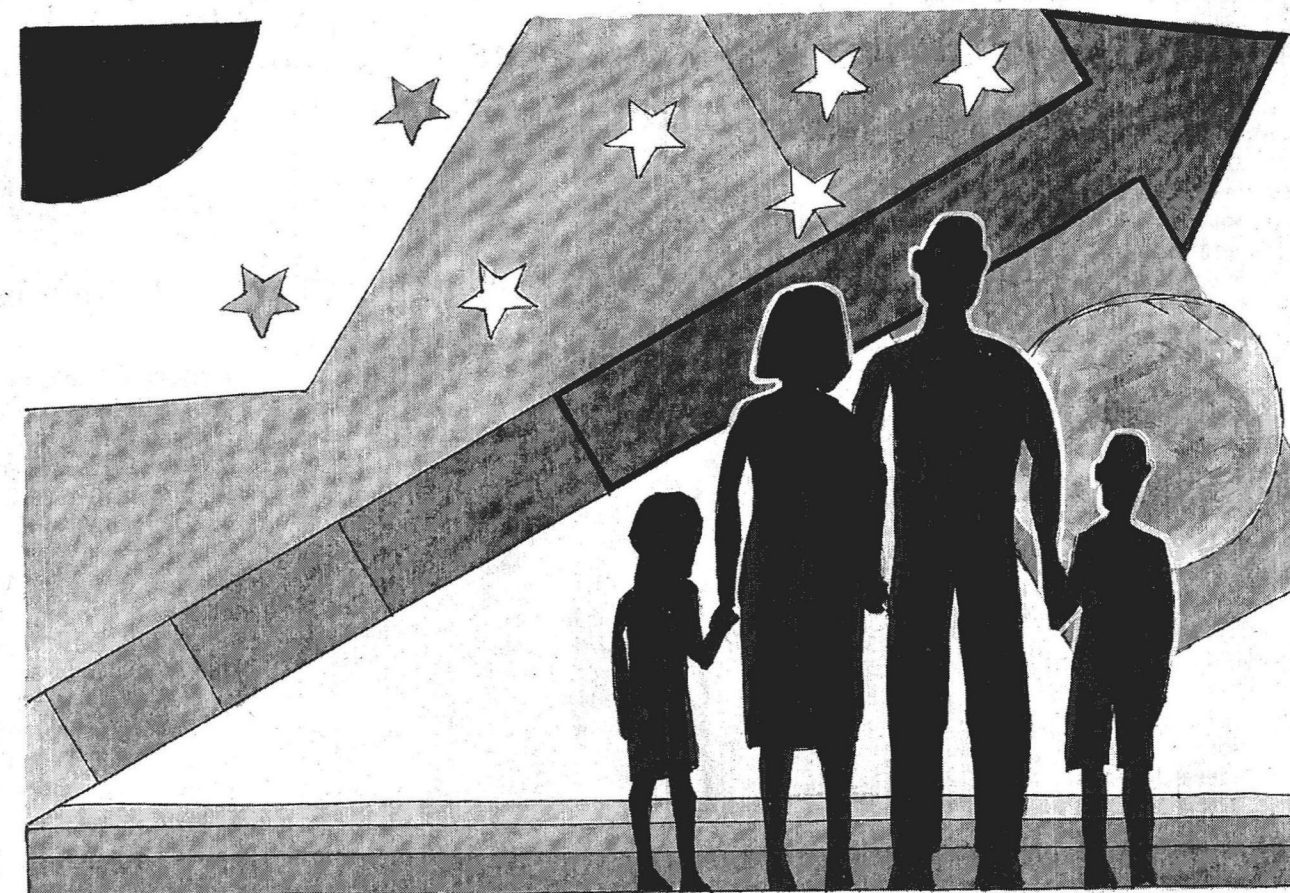
A experiência dos diversos países com a globalização econômica tem reforçado a necessidade da busca de caminhos novos, que escapem tanto ao fundamentalismo do mercado da nova direita quanto ao estatismo corporativo e burocrático da velha esquerda.

Para um país como o Brasil, isso é particularmente importante.

Em primeiro lugar, porque enfrentamos ainda problemas seculares de concentração de renda e desigualdade social, que não se resolvem da noite para o dia. Esse quadro exige a atenção prioritária do poder público para a adoção de políticas de proteção social que possam trazer melhoras sensíveis para os segmentos mais pobres e mais vulneráveis da população. Por outro lado, o Brasil é um país que, nos últimos anos, abriu-se de forma muito significativa para a integração com a economia internacional, e isso nos trouxe novas oportunidades, mas também novos desafios.

Para buscarmos padrões mais elevados de justiça social, é fundamental entender a natureza dessas oportunidades e desafios, para que os esforços de modernização da economia e de promoção do desenvolvimento social no Brasil se vejam potencializados por nossa inserção no processo de globalização.

Já houve quem ousasse dizer que, com a abertura dos mercados, a internacionalização dos fluxos de capital e o fim da confrontação ideológica



da Guerra Fria, as tradicionais bandeiras de igualdade e justiça perderiam espaço. Estaríamos, agora, subordinados à lógica fria do mercado. Eu digo: poucas teses seriam tão despropositadas como esta.

O fim da confrontação ideológica fortaleceu a democracia. Ora, a prática da democracia não pode senão fortalecer as demandas sociais de equidade e justiça.

A globalização aumenta a competição entre os países e cria incentivos adicionais para políticas responsáveis nas áreas monetária e fiscal. Ora, já há muito tempo foi descartada a idéia de que para sermos generosos no social teríamos que ser irresponsáveis no econômico.

Não há, portanto, qualquer incom-

patibilidade entre as circunstâncias novas do cenário internacional e a afirmação de políticas de centro-esquerda, voltadas para atualizar as tradicionais aspirações igualitárias da social-democracia, dando-lhes renovado impulso. O Brasil tem dado passos históricos nesse sentido. Alguns dados básicos permitem ter uma idéia mais clara.

Com a conquista da estabilidade da moeda, desde 1994, criamos as condições para que cerca de 13 milhões de brasileiros superassem a linha de pobreza.

Estamos realizando uma verdadeira revolução na educação. Em 1992, 18% de nossas crianças em idade escolar estavam fora da escola. Em 1998, esse percentual já se havia re-

duzido para apenas 4%. E estamos avançando com determinação em direção à meta de colocar na escola todas as crianças em idade escolar.

Há avanços igualmente importantes na área da saúde. No início dos anos 90, a taxa de mortalidade infantil no Brasil era de 48 por mil nascidos vivos. Em 1998, essa taxa se havia reduzido para cerca de 36 por mil. Em cinco anos, promovemos o acesso à terra de mais famílias (cerca de 380 mil) que em toda a história anterior da reforma agrária.

Temos ainda muito o que fazer. Mas os resultados que já alcançamos reforçam nossa determinação de continuar a trabalhar por um Brasil mais próspero e mais justo.

Tenho salientado, nesse contexto,

que o caminho do Brasil é o de uma social-democracia renovada. É o que dá prioridade aos valores da igualdade de oportunidades e da justiça social e busca identificar as maneiras mais eficazes de realizá-los nas condições atuais de transformação acelerada da economia internacional, sob o impacto das mudanças tecnológicas e da globalização.

Os episódios de turbulência no sistema financeiro internacional em 1997 e 1998 tornaram mais visível a importância de que o meio internacional esteja organizado de forma a contribuir para os esforços de desenvolvimento econômico e social de cada país.

Por isso, parece-me essencial que, quando se fala de um "modo progressista de governar", se dê atenção à necessidade de corrigir as assimetrias que distorcem o processo de globalização, em especial a instabilidade dos fluxos de capital e as práticas protecionistas que dificultam o acesso de produtos dos países em desenvolvimento aos mercados dos países mais ricos. É preciso suprir, com uma orientação progressista, voltada para a redução das desigualdades, o "déficit de governança" que atualmente caracteriza o sistema internacional, aumentando a participação dos países em desenvolvimento nos diferentes fóruns estratégicos na arquitetura institucional de regulação internacional.

Isso é fundamental para que os esforços de todos os países, especialmente dos países mais pobres, se vejam reforçados pelo funcionamento de uma economia mundial globalizada.

Com isso, estaremos no caminho certo para conciliar a equidade e os imperativos de eficiência e competitividade econômica. Será uma boa forma de dar início ao século XXI.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO é presidente da República.